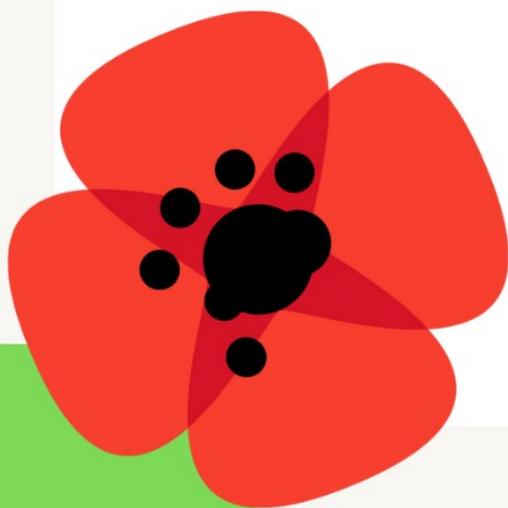


UMA POLÍTICA LIVRE PARA SETÚBAL

Moção Estratégica Local

Lista A

Candidata ao Grupo de Coordenação
Local do Núcleo Territorial do LIVRE no
distrito de Setúbal





LIVRE | Setúbal

Liberdade | Esquerda | Europa | Ecologia

MOÇÃO ESTRATÉGICA LOCAL

Uma Política LIVRE para Setúbal: Um Território Em Crescimento

2

Lista A

Candidata ao Grupo de Coordenação Local do Núcleo
Territorial do LIVRE no distrito de Setúbal





11 de junho de 2022

*A presente moção determina o modelo que se pretende implantar no **Núcleo Territorial do distrito de Setúbal** e orienta a sua relação com as comunidades. Simultaneamente aponta caminhos e opções a pôr em prática e pretende ser um instrumento que estabeleça a ponte entre a estrutura central do partido e a população do distrito de Setúbal.*

Introdução

O distrito de Setúbal é uma região com um enorme potencial, detentora de uma riqueza geográfica ímpar e de um posicionamento invejável no território nacional. Nos últimos 40 anos assistiu à construção da rede de infraestruturas básicas e ao surgimento de muitos equipamentos sociais, culturais e desportivos que melhoraram a qualidade de vida das populações. Consequência do trabalho do poder local, mas com uma forte ajuda dos fundos comunitários. Simultaneamente, o distrito é também lugar de elevadas desigualdades e clivagens, tanto a nível socioeconómico como a nível territorial. O distrito continua a ser muitas vezes esquecido e vê as suas legítimas expectativas frustradas, quer pelo efeito sombra da capital, quer por decisões do poder central que muitas vezes são dessincronizadas da realidade local.

Chegou a hora de trazer uma nova força política a Setúbal, e apostar num desenvolvimento territorial que harmonize as questões económicas com as questões sociais e ambientais do distrito.

Gestão do Território e Desafios da Região

Podemos dividir o distrito de Setúbal em 2 grandes áreas geográficas. A Península de Setúbal, composta por 9 concelhos, e o Litoral Alentejano, composta por 4 concelhos. Esta última área é uma região homogénea em si. Já





a Península de Setúbal poderá ser subdividida na parte Norte, principalmente os concelhos do Arco Ribeirinho Sul (do Tejo), muito na dependência de Lisboa, e a parte Sul que gravita em torno da cidade de Setúbal. Estas divisões são também fruto de uma mobilidade difícil e de uma rede de transportes deficitária, sendo uma das principais lacunas do distrito. A Sul da península de Setúbal, a Serra da Arrábida domina a paisagem, detendo a classificação de Parque Natural. Merece um olhar cuidado quanto às questões ambientais que a envolvem.

Também os estuários do Tejo e do Sado merecem uma atenção especial. No Tejo com a necessária interligação com restantes concelhos extra distritais, no Sado apenas dependente do próprio distrito.

Por muito tempo o distrito de Setúbal, mais propriamente a península, foi o parque industrial do sul do país. Com o declínio deste ramo de atividade ficou clara a dependência atroz que as comunidades tinham desta atividade. A desindustrialização foi um processo penoso e impôs ao território dois enormes passivos: o passivo económico, originado pelo declínio da indústria, fuga de capital de investimento e aumento exponencial do desemprego; e o passivo ambiental, com a elevada contaminação dos solos e dos próprios fundos dos estuários, principalmente o do Tejo. Setúbal continua a depender da fábrica da Autoeuropa para a qualificação do emprego local. É importante reduzir esta dependência de um único setor, apostando numa diversidade de agentes capazes de dinamizar várias frentes de emprego no distrito, mas sobretudo em Palmela.

A travessia ferroviária do Tejo e a Ponte Vasco da Gama são duas estruturas que podem ajudar a dinamizar o distrito. Não basta dizer que é mais fácil chegar a Lisboa. É necessário lutar para que se comece a perceber que os concelhos do distrito de Setúbal estão agora mais acessíveis e que podem ser uma alternativa de qualidade à vida na grande metrópole. Por outro lado, o espaço existente a sul do Tejo é um trunfo para a fixação de certas atividades económicas, nomeadamente para aquelas que, pela logística envolvida, necessitam de locais amplos e com capacidade de armazenagem.

É ainda urgente que a política local se foque na necessidade da autonomização da Península de Setúbal na criação de uma nova NUTS que permita o acesso a fundos europeus que sejam alocados especificamente para





a região, potencializando assim uma maior coesão e desenvolvimento equiparável ao da metrópole atualmente.

A discussão sobre a regionalização em Portugal que irá também definir o futuro da região urge um debate entre a sociedade civil e as instâncias governamentais setubalenses. A criação de um nível intermédio de governação levanta questões sobre uma nova redistribuição de competências, a necessidade de garantir a eleição direta destes representantes, e discutir as próprias regiões - nomeadamente, se a Península de Setúbal deve também ser autonomizada em relação a Lisboa neste aspeto, e qual as implicações destas opções políticas na integração das regiões por uma interdependência em setores como o dos transportes, sociais e de habitação.

Questões de interesse nacional

Nos próximos tempos inúmeras questões de vital importância para o distrito serão discutidas. Muitas delas virão a reboque das eleições autárquicas e legislativas, mas são matérias que extravasam o local e entram na esfera de interesse nacional. O caso mais mediático será relativo ao Aeroporto Internacional de Lisboa. Em cima da mesa estão duas opções. A primeira será a da construção de um novo aeroporto internacional, em terrenos do Campo de Tiro de Alcochete, freguesia de Canha. A segunda a possibilidade da criação de um aeroporto complementar para receber os voos *low cost*, a implantar na Base Aérea n.º 6, no Montijo. Ambas as propostas estão atualmente em estudo. No entanto, a primeira opção determina um investimento público com futuro e tem já Estudo de Impacto Ambiental (EIA) efetuado, genericamente favorável. Já a opção do aeroporto complementar à Portela será sempre uma solução a prazo, com impactos ambientais e sonoros gravíssimos, e a possibilidade de expansão futura muito difícil.

O porto de Sines em particular, por possuir uma localização geoestratégica favorável, continua a ver passar ao largo alguns dos navios que aqui poderiam aportar. A sua rentabilidade continua muito aquém do desejável. Não pretendemos que aqui nasça uma super-estrutura que em nada possa contribuir para um desenvolvimento sustentável da região. A ideia será rentabilizá-lo, aproveitando as suas águas profundas e criando condições para o escoamento das mercadorias aí depositadas. Procurando um desenvolvimento assente no equilíbrio entre a valorização dos recursos locais e a sua sustentabilidade só assim, este porto, contribuirá para o crescimento da





região e do país, uma vez que o porto de Sines é responsável por cerca 54% do tráfego continental de contentores, segundo dados da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. A concorrer com alguns portos espanhóis (Algeciras fica apenas a 300 km), o porto de Sines ganharia a aposta se esta fosse direcionada para as indústrias inovadoras, criando um *cluster* regional constituído por empresas ligadas à formação e investigação dos assuntos do mar. Situado estrategicamente entre as rotas das Américas / Europa do Norte e Mediterrâneo, a aposta numa economia do mar, poderá ser uma mais-valia. Com o investimento num tecido industrial não agressivo urge, em simultâneo, apostar no crescimento da ferrovia. A ligação Poceirão / Caia / Madrid muito pouco contribui para os interesses regionais. As vias rodoviárias são importantes mas uma rede ferroviária mais abrangente é uma aposta a ter em conta. Não devemos esquecer que foi feita uma aposta forte na Plataforma Logística do Poceirão, antevendo a ligação ferroviária. O projeto nunca chegou a ser concluído, tendo sido já por diversas vezes alterado pela promotora. Agora é uma zona praticamente ao abandono, sem se perceber muito bem qual será o seu futuro. É necessário aquilatar a sua viabilidade.

6 Após duas décadas de espera, vemos finalmente a renovação do Plano Diretor Municipal do Barreiro atingir a luz do dia (neste caso da consulta pública). Este plano é importante para o distrito de Setúbal pois estamos a falar, entre outros assuntos relevantes para a coesão territorial, de potenciais travessias novas entre o Barreiro e o Seixal, Lisboa e Montijo. Tais travessias são bem-vindas ao distrito, contudo preocupa-nos o seu impacto ambiental e social. Desaconselhamos a criação de uma terceira travessia do Tejo com uma componente rodoviária, que irá aumentar drasticamente o uso do automóvel na ligação entre Lisboa e a margem sul do Tejo em detrimento dos transportes públicos já existentes, como os barcos da Transtejo. Acreditamos que uma travessia ferroviária terá um potencial ambiental superior, para além de reduzir os tempos de viagem entre as duas margens. As pontes para o Montijo e o Seixal devem ter uma ciclovia associada para promover a mobilidade pedonal entre os diferentes concelhos. Igualmente, deverão ser criadas carreiras de autocarros que usufruam dessas pontes. Só com estas preocupações conseguirá o distrito cumprir os objetivos nacionais de descarbonização.

Pela capacitação e sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde





No campo da Saúde há muito a fazer no distrito, no qual testemunhámos uma demissão em massa de 87 médicos do Centro Hospitalar de Setúbal. A construção do Hospital do Seixal, uma reivindicação antiga da população, mesmo que este anúncio venha com pelo menos uma década de atraso, mostra-se um objetivo ainda longe de atingido. Este objetivo também beneficiará os concelhos de Almada e de Sesimbra. No entanto, se os hospitais Garcia de Orta (projetado inicialmente para um universo de 150.000 utentes e que serve atualmente o triplo), Setúbal e Barreiro/Montijo, que se encontram em situação de rutura iminente, bem como o hospital do Litoral Alentejano, não virem os seus quadros de pessoal reforçados, esta boa nova de pouco servirá. A resposta lenta aos doentes referenciados dos Centros de Saúde (Cuidados Primários) e as consultas de ambulatório muito dependentes da existência de clínicas e consultórios particulares, são exemplos de algo que é preciso corrigir. Também no que diz respeito a Centros de Saúde o distrito terá de ser reforçado. É positiva a indicação da construção de um novo Centro de Saúde no Pinhal Novo, bem como em Torrão e em Alvalade do Sado. Também importante é a reabertura das extensões de saúde de Santo Isidro de Pegões e de Canal Caveira.

7 Mas a rede é claramente insuficiente ou deficitária, principalmente em termos de recursos humanos, o que se tornou tremendamente aparente no rescaldo do impacto da pandemia COVID-19 no nosso distrito. O distrito tem aproximadamente 161.500 utentes sem médico de família atribuído, sendo que a proporção de doentes com e sem médico varia nos vários concelhos. Os utentes da Baixa da Banheira e de Corroios, por exemplo, há muito que reclamam por novas unidades. Na cidade de Setúbal, existem unidades subaproveitadas por falta de pessoal. Há várias outras falhas que se podem destacar neste campo, como o número insuficiente de técnicos, psicólogos, higienistas orais, terapeutas da fala, entre outros.

Sem uma rede eficiente de cuidados primários nunca poderemos ter uma efetiva redução de utentes que recorrem às urgências hospitalares e nem o aumento de doentes com um acompanhamento adequado das suas doenças crónicas. O esforço na melhoria dos cuidados de saúde deve ser acompanhado por uma aposta clara na prevenção. Neste campo, nada mais lógico do que fomentar a prática desportiva, criando hábitos salutareos desde tenra idade. Os municípios em rede com a comunidade escolar devem (re)lançar projetos ligados ao desporto escolar, aproveitando as estruturas existentes ou criando novas, sempre que necessário. Esta aposta pode e deve ser também repartida





pelos clubes e coletividades locais envolvendo o máximo de agentes possíveis.

Ainda na vertente escolar, importa acompanhar a implementação do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, aferindo o impacto da distribuição de alimentos saudáveis nas escolas e incentivando esta prática a nível local.

Educação - Apostar no futuro

O distrito de Setúbal encontra-se infelizmente alinhado com o restante território nacional no que diz respeito às insuficiências e aos problemas verificados no ensino. Perante uma classe docente altamente desmotivada e exausta, e na qual muito poucos desejam ingressar, a aposta numa educação de qualidade pode e deve ser promovida localmente, traduzindo-se num esforço de assegurar a formação de uma nova geração altamente qualificada. Importa assim estimular as escolas para assegurarem um melhor ambiente escolar, valorizando o pessoal docente e não docente e criando ferramentas que permitam não só a transmissão do conhecimento como a promoção de valores democráticos, livres e de respeito ao próximo.

8

No que diz respeito à promoção da saúde mental no domínio da comunidade escolar, deve ser incentivada a existência ou reforço de equipas de psicólogos nas escolas do distrito, de forma a ultrapassar-se a sua actual deficiência e passarem a constituir um suporte efetivo que sirva todos os intervenientes desse meio, alinhando assim a intervenção local com o programa do Livre.

Energia e Ambiente - Um imperativo político

O distrito de Setúbal pode ser exemplo a nível nacional no que respeita a produção de energia a partir de fontes renováveis. Já existem alguns parques fotovoltaicos, mas há espaço para uma maior atividade nesta vertente. Faltam apoios municipais para a implementação de painéis solares fotovoltaicos nas habitações. A criação de um programa de apoio financeiro para as famílias mais desfavorecidas iria reduzir drasticamente os seus custos de eletricidade e acelerar a descarbonização do distrito. O distrito pode ser charneira no desenvolvimento deste tipo de tecnologia, criando também unidade técnica e





laboratórios para melhorar a sua eficiência, com o intuito de num futuro próximo grande parte do seu consumo advir dessa fonte.

O distrito de Setúbal tem condições de excelência para a produção agrícola. Multifacetado, pode ter desde áreas de regadio a vinha de eleição. A criação de uma marca territorial de excelência, para denominar os produtos oriundos da região, é um passo positivo para defender o local, bastando para isso ter a visão e coragem necessárias. A tentativa de incrementar uma agricultura biológica no distrito, em articulação com os produtores e cooperativas, para além de dar uma clara mensagem a nível nacional, seria um ponto muito positivo para a economia local.

A frota pesqueira tem sofrido um decréscimo na região. Tal facto não será isolado da limitação das quotas impostas pela União Europeia. Mas convém recordar que estas limitações são impostas a bem da reposição natural das espécies. E teremos de ser criteriosos nesta análise, a bem do futuro alimentar das próximas gerações. Precisamos de diversificar a pesca e o tipo de atividade normalmente ligada ao mar. Nada impede que a frota pesqueira, durante o período de defeso, não possa ser utilizada para outras finalidades, como o estudo científico ou atividades marítimas diversas, como por exemplo mergulho.

Já o sector secundário vislumbra-se como uma luta mais difícil. Como anteriormente se afirmou, o processo de desindustrialização foi particularmente penoso e poucas foram as unidades sobreviventes. A tônica deve agora ser colocada num tipo de industrialização menos poluente e que acrescente algo ao processo de redução da pegada ecológica.

Nos últimos parágrafos tem-se colocado sempre em destaque a questão ambiental. E essa deve ser um imperativo absoluto para o distrito no presente e no futuro. Terá de existir um compromisso cabal, não só para corrigir os erros do passado, mas também para aprender com eles e projetar um futuro sustentável. Na região de Setúbal coabitam mar e serra, campo e cidade. Desta simbiose pode surgir algo único, exemplificativo de para onde o mundo do século XXI deve caminhar. É por demais sabido que a qualidade de vida das comunidades está intimamente ligada ao meio ambiente. Proteger o ambiente, ter uma visão ecológica do desenvolvimento, é acrescentar valor ao quotidiano.





Para tal devem ser bem estudados e ponderados projetos futuros que pela sua escala, impacto ou atividade podem colocar em causa o equilíbrio do território.

A promessa de desenvolvimento e riqueza que transporta pode muito bem significar também uma divisão e barreira na cidade e na sociedade setubalense. A cimenteira de Outão deve também ser reavaliada tendo em vista o seu impacto e retorno económico. Enquanto património cultural e da natureza, a Serra da Arrábida deve ser rentabilizada, não ao serviço de indústrias de exploração petrolíferas, mas repensando este ativo através de uma vertente ambiental, responsável, com o foco na conservação da natureza. Será um desafio encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento social e económico da região sem comprometer os valores naturais.

Assim, consideramos que o turismo da natureza deve ser uma das nossas grandes apostas, tendo sempre presente o limite dos territórios e evitar ao máximo a pressão excessiva sobre os recursos naturais que este tipo de atividade acarreta. Sendo uma das zonas costeiras mais preservadas da Europa, o ecoturismo, aliando a proteção da natureza ao desenvolvimento socioeconómico, não só reverteria em parte a taxa de desemprego, como a desertificação do território. Para que tal potencialização cabe às entidades locais e nacionais a capacitação da região, principalmente através do alargamento da sua rede de transportes para que este investimento seja sustentável e tenha de facto retorno.

Este facto traz à memória a pressão a que o aquífero da Bacia do Tejo e Sado, o maior aquífero da Península Ibérica, que alimenta todos os concelhos da península de Setúbal, está sujeito. Pela importância vital que desempenha, este aquífero necessita de um acompanhamento e monitorização constante, que hoje em dia não recebe. Terão de ser os municípios em unísono a criar uma estrutura responsável por essa monitorização, garantindo a qualidade do recurso e avaliando a taxa de reposição ou recarga do aquífero. É imperativo criar uma estrutura supraconcelhia para monitorizar o aquífero.

Abrangendo o distrito uma larga faixa do litoral alentejano cabe-nos ainda fazer aqui uma pequena reflexão sobre as singularidades da região. Sendo uma vasta reserva natural por aproveitar e preservar, oferece espaço a um grande desenvolvimento nos setores da agricultura, indústria, pesca e turismo.

A agricultura precisa ser regenerada e requalificada, atendendo, não só às alterações climáticas, como às necessidades nacionais de consumo. A





proteção das florestas autóctones especificamente, para além de garantir um menor número de pragas, ajuda a manter a fertilidade solos rurais e o equilíbrio biológico natural. Embora de crescimento mais lento, são mais resistentes e mais resilientes aos incêndios.

Sintetizamos para este território muitas das ideias explanadas ao longo deste documento.

Assim propomos:

- Assegurar o planeamento adequado da área agrícola, adaptando-a;
- Promover a articulação entre os recursos naturais, oferecidos pela região, e a sua rentabilização sustentável;
- Exigir o fim das construções nas dunas e da extração de areias em áreas protegidas;
- Apostar numa economia social, respondendo às necessidades das populações, criando oportunidades de emprego (não só sazonais), levando à fixação dos jovens;
- Aproveitar as potencialidades das energias renováveis através de uma abordagem sistémica;
- Modernizar as artes piscatórias, em benefício das populações, sem pôr em causa os recursos naturais. Pensar numa economia do mar garantindo a biodiversidade através de uma gestão responsável e sustentável da pesca;
- Incentivar uma maior aposta na cultura e nas tradições locais. Ao propormos uma sociedade mais cultural pretendemos apoiar, não só, a sua produção como o seu acesso.

Atuação do LIVRE no distrito

A atual cultura política não tem possibilitado qualquer espaço continuado que vise a afetação dos cidadãos e das cidadãs a uma participação ativa nas suas regiões. Sabemos que as disparidades nunca serão anuladas, pois cada localidade tem as suas singularidades, mas podem ser esbatidas com algumas reformas estruturantes.

Não pretendemos uma regionalização que vise apenas a estatização das regiões. Valorizando as sinergias locais e elegendo representantes para os





órgãos autárquicos, as decisões a tomar deveriam começar a espelhar novas competências, que tardam a surgir. Um maior empenho nestes atos eleitorais e o confronto diário entre eleitores e eleitos só pode contribuir para uma maior responsabilização destes últimos. A transparência dos governos locais será sempre uma mais valia.

Propomos originalizar a diferença com uma política de convergências locais, tentando terminar com as políticas do eterno adiamento do inadiável. Desta forma colocar-se-á em prática os reais anseios das comunidades.

O nosso compromisso

O Núcleo Territorial do distrito de Setúbal deve apresenta-se de uma forma despretensiosa perante a população. Ciente de uma certa aversão aos partidos políticos sentida na sociedade, a tarefa de implantação distrital do partido será árdua. O LIVRE acredita veementemente que só através da abertura dos partidos à população se pode esperar uma participação mais ativa da sociedade. Para isso é fundamental sermos precisos e claros na mensagem que queremos passar. Hoje em dia o afastamento entre a sociedade civil e a política traduz-se em altas taxas de abstenção no distrito e no divórcio entre a população e o poder local, firmado numa fraca participação cívica. Assim enumeramos alguns pontos que consubstanciam um compromisso que o Grupo de Coordenação Local do Núcleo Territorial assume perante o povo do distrito de Setúbal:

- Abertura para ouvir a comunidade local, organizada de forma coletiva ou individual, sobre as mais diversas questões;
- Permanente disponibilidade e abertura para com todos os agentes políticos;
- Relação de proximidade com instituições de solidariedade social;
- Diálogo com coletividades, associações e clubes locais;
- Dinamização da política cultural, incentivando os agentes locais existentes e fomentando o aparecimento de outros;
- Construção de uma agenda ambiental regional e local, ouvindo as associações ambientais locais e/ou nacionais;
- Incentivo e promoção do debate em torno de questões locais concretas;





- Trazer a União Europeia para o debate local, demonstrando a sua importância para a escala municipal;
- Divulgação do partido e do Núcleo Territorial junto das populações locais;
- Realização de eventos ou debates referentes a assuntos na ordem do dia;
- Promoção de reuniões mensais entre os membros e apoiantes do Núcleo de forma a coordenarem as próximas atividades e prioridades do Núcleo para o distrito de Setúbal;
- Difusão da mensagem, ideias e iniciativas do LIVRE e do seu Núcleo Territorial, através das plataformas digitais e da comunicação social local.

Tentaremos afincadamente projetar Setúbal no futuro, devolvendo a esperança e a alegria de viver às comunidades locais. Um futuro sustentável desenhado em uníssono com a toda a sociedade, atento às alterações climáticas, formas de atenuar o seu impacto e desafios que estas colocam também no nosso distrito. Uma forte dinâmica e atenção no local, não permitindo que nenhum assunto seja apresentado como menor. Mas tal não significa desconsiderar as diferentes escalas: regional, nacional, continental e global. Porque isto está tudo ligado e a humanidade é uma enorme vizinhança.

Elementos da lista A

Efetivos

Flávio Oliveira

Luciana Almeida

Nuno Rolo

Marta Ramos

Vasco Silva

Suplentes

Francisco Cruz

Luís Gorgulho

